

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Tegma Gestão Logística S.A. ("Companhia") e suas empresas Controladas ("Companhia e suas Controladas") têm entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químicos e eletrodomésticos.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, registrada no segmento especial do mercado de ações da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação TGMA3, e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no seu Estatuto Social.

A composição acionária da Companhia é constituída da seguinte forma:

Categoria	Quantidade de ações	% Total
Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. (i)	15.396.481	24%
Cabana Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	4.817.704	7%
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	13.207.034	20%
Outros acionistas controladores (pessoa física)	509.774	1%
Administradores	1	0%
Tesouraria	65.143	0%
Controladores, administradores e tesouraria	33.996.137	53%
Ações em circulação	32.006.778	47%
Total de Ações	66.002.915	100%

- (i) Em 12 de janeiro de 2018 a Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. transferiu a totalidade de suas ações Tegma, sendo 77% para Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. e 23% para Cabana Empreendimentos e Participações Ltda.

A Companhia é composta por duas divisões: logística automotiva e logística integrada.

Os serviços da Companhia na divisão de logística automotiva compreendem:

Transporte rodoviário – transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados, transferências portuárias, gestão de estoques e de pátios de montadoras de veículos e serviços de preparação de veículos para venda;

Os serviços da Companhia na divisão de logística integrada compreendem:

Transporte rodoviário – *milk run* (sistema de coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte do operador logístico, para realizar as coletas em um ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino final, sempre em horários pré-estabelecidos); *full truck load* (é o tipo de carga homogênea, geralmente com volume suficiente para preencher completamente uma caçamba ou o baú de um caminhão), transferência de granéis sólidos/líquidos e de peças entre as plantas dos clientes ou fornecedores;

Armazenagem geral e alfandegada – englobando armazenagem e gestão de peças e componentes, *cross docking* (sistema de distribuição no qual a mercadoria recebida, em um armazém ou Centro de Distribuição, não é estocada mas sim imediatamente preparada para o carregamento da entrega), *picking* ou separação e preparação de pedidos (na recolha em armazém de certos produtos, podendo ser diferentes em categoria e quantidades, face a pedido de um cliente, de forma a satisfazer o mesmo), manuseio e preparação, armazenagem de granéis químicos líquidos e sólidos, armazenagem *in-house* (na estrutura do cliente), armazenagem de veículos e armazenagem alfandegada dentro de estruturas adequadas à legislação de entrepostos aduaneiros;

Gestão logística – envolvendo controle de estoques, abastecimento de linha de produção *just in time*, gestão de embalagens retornáveis, gestão de peças e componentes, gestão de pátios de veículos, gerenciamento de estoque de mercadorias nacionais e importadas e logística reversa.

2 Relação de entidades controladas

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Controladas diretas e indiretas	Participação (%) 2018	Participação (%) 2017	Relacionamento
Tegma Cargas Especiais Ltda. (“TCE”)	100,00	100,00	Controlada
Tegma Logística Integrada S.A. (“TLI”) (i)	-	100,00	Controlada
Tegma Logística de Armazéns Ltda. (“TLA”) (i)	100,00	100,00	Controlada
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. (“Tegmax”)	100,00	100,00	Controlada
Tegma Logística de Veículos Ltda. (“TLV”)	100,00	100,00	Controlada
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. (“Niyati”)	100,00	100,00	Controlada
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. (“Tegup”) (ii)	100,00	-	Controlada
Catlog Logística de Transportes S.A. (“Catlog”)	49,00	49,00	Empreendimento controlado em conjunto
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”)(i)	50,00	-	Empreendimento controlado em conjunto

(i) Reestruturação societária

Em 31 de agosto de 2017, a Controlada Tegma Logística Integrada S.A. realizou um aumento do capital social na Tegma Logística de Armazéns Ltda. mediante a conferência de parte dos acervos líquidos de sua titularidade. O aporte de capital foi de R\$ 20.639 mediante a emissão de 20.639 novas quotas com o valor nominal de R\$1,00 cada.

Diante disso, as atividades desenvolvidas em São Paulo e no Rio de Janeiro foram transferidas para Tegma Logística de Armazéns Ltda., já as operações de Cariacica – ES permaneceram na Tegma Logística Integrada S.A.

Em 22 de dezembro de 2017, a Tegma Logística Integrada S.A. transferiu as quotas da empresa Tegma Logística de Armazéns Ltda. para sua Controladora, desse modo a TLA passou a ser controlada direta da Tegma Gestão Logística S.A.

Em 08 de fevereiro de 2018 a Tegma Logística Integrada S.A. foi objeto do Acordo de Associação entre a Companhia e, a BCDf e JR Participações S.A. (“Holding Silotec”) para a criação da *joint venture* GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”) que uniu as atividades de armazenagem e movimentação de mercadorias desenvolvidas em Cariacica-ES, pela Tegma Logística Integrada S.A. (“TLI”) antiga controlada da Companhia, e pela Companhia de Transportes e Armazéns Gerais (“Silotec”), subsidiária integral da Holding Silotec.

Dessa maneira, a GDL detém 100% das participações acionárias da TLI e da Silotec, e seu capital é igualmente dividido entre a Tegma Gestão Logística S.A. e a Holding Silotec, tornando-se um empreendimento controlado em conjunto.

A Companhia desconsidera a Tegma Logística Integrada S.A. em sua consolidação e passa a registrar os resultados da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL) pelo método de equivalência patrimonial a partir de fevereiro de 2018.

Seguem saldos de 31 de janeiro de 2018 contribuídos pela Companhia para a formação da *joint venture*:

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Caixa e equivalentes de caixa	655	Fornecedores	606
Contas a receber de clientes	3.229	Tributos a recolher	790
Estoques (almoxarifado)	40	Salários e encargos sociais	1.280
Impostos e contribuições a recuperar	3.127	Demais contas a pagar	681
Demais contas a receber	96	Partes relacionadas	250
Partes relacionadas	967		
Despesas antecipadas	335	Total do passivo circulante	3.607
Total do ativo circulante	8.449	Provisões para demandas judiciais	1.482
		Total do passivo não circulante	1.482
Impostos e contribuições a recuperar	14.847		
Ativo fiscal diferido	17.172	Capital social	49.122
Depósitos judiciais	1.064	Reservas de lucros	143
		Prejuízos acumulados	(338)
Total do realizável a longo prazo	33.083	Total do patrimônio líquido	48.927
Imobilizado	11.449		
Intangível	1.035		
Total do ativo não circulante	45.567		
Total do ativo	54.016	Total do passivo e patrimônio líquido	54.016

O patrimônio líquido a valor justo totalizou R\$ 50.770 gerando um ganho de R\$ 1.842 (vide nota explicativa nº 21). A troca de participação de 100% na Tegma Logística Integrada S.A. por 50% de participação na GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL) gerou um ágio no montante de R\$ 16.693 apurado a valor justo, conforme nota explicativa nº 9.

- (ii) A TegUp, controlada direta da Companhia, foi constituída com o objetivo de trazer inovação em logística, agindo como aceleradora de startups. Pioneira nesse segmento, busca startups e empresas de tecnologia transformadoras que ofereçam produtos, serviços e tecnologia relacionados ao universo da logística, apresentem alto potencial de evolução e necessitem de algum tipo de suporte para acelerar seu crescimento.

3 Bases para preparação e políticas contábeis significativas

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração das perdas de crédito estimadas;

Nota explicativa nº 9 e 11 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio;

Nota explicativa nº 10 e 11 – definição de vida útil do imobilizado e intangível;

Nota explicativa nº 15 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos;

Nota explicativa nº 14 – reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais;

d. Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas Controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros.

A Companhia e suas Controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Uma equipe de avaliação possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

O método de apuração do valor justo utilizado pela Companhia e suas Controladas consiste em realizar a projeção a valor futuro com base nas condições contratadas e posteriormente calcular a valor presente descontando as curvas estabelecidas em cada contrato.

3.1 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas Controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Já aquelas relacionadas a diferentes aspectos das demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Ressalta-se que políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis, bem como a mensuração de estimativas não sofreram alterações, salvo itens relacionadas ao IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros e IFRS 15/CPC 47 - receita de contrato com clientes, conforme descritos a seguir:

a Novas normas e interpretações adotadas

Para os pronunciamentos e interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia e suas Controladas efetuaram sua adoção conforme mencionado a seguir:

IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros

A norma apresenta mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de *hedge*:

- (i) Sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros, as seguintes categorias são apresentadas: valor justo por meio do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e custo amortizado. Estas devem ser definidas de acordo com a característica e finalidade do instrumento financeiro.
- (ii) Em relação a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) a nova norma traz um novo conceito de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo de perdas incorridas.

- (iii) Já para as modificações em *hedge accounting*, a norma introduz um novo modelo e um melhor alinhamento com a gestão de risco das empresas, permitindo melhores estratégias para proteção.

A Companhia e suas Controladas não apuraram qualquer impacto sobre os valores contábeis em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na adoção dos requisitos de mensuração do IFRS 9 / CPC 48. Os ativos e passivos classificados como “Empréstimos e recebíveis” foram classificados como “Custo amortizado”, conforme demonstrado a seguir:

	Base de Mensuração - IAS 39	Base de Mensuração - IFRS 9
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Demais contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros		
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores e fretes a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Demais contas a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Dividendos a distribuir	Custo amortizado	Custo amortizado

Em razão das perdas com títulos incobráveis não serem relevantes na Companhia e suas Controladoras e não constatarem eventuais riscos com nossos clientes, não tiveram impactos significativos decorrente nesse novo critério de provisionamento.

No final do exercício de 2017 a Companhia e suas Controladas não possuíam qualquer operação com derivativos e nem qualquer estratégia de proteção classificada como *hedge accounting*. Neste sentido não há qualquer impacto decorrente da adoção da IFRS 9 / CPC 48.

O instrumento financeiro derivativo contratado em 2018 para proteger a exposição ao risco de variação da moeda estrangeira enquadra-se na categoria de hedge de fluxo de caixa e está em conformidade com a política de hedge da Companhia, a contabilização segue os critérios estabelecidos pelo IFRS 9 / CPC 48, a variação no valor justo é registrada em outros resultados abrangentes e é apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes

A norma traz o princípio de que a entidade deve reconhecer receitas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho.

A Companhia e suas Controladas, como prestadores de serviços logísticos, identificaram que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida em que a Companhia e suas Controladas atendem suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação.

Por essa razão, o reconhecimento e a mensuração das receitas de contratos com clientes não sofreram alterações significativas. Assim, os resultados da Companhia e suas Controladas não apresentaram impactos relevantes na adoção da norma.

b Novas normas e interpretações ainda não efetivas

IFRS 16/CPC 6 (R2) – Arrendamento Mercantil

A nova regra requer uma nova avaliação dos arrendamentos substituindo o IAS 17.

Um arrendamento é identificado caso exista a transmissão do direito de controlar o uso de determinado ativo por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A partir dessa constatação os arrendatários devem mensurar e registrar o contrato de arrendamento em seu balanço patrimonial, sendo o passivo de arrendamento reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo.

Desse modo, o ativo de direito de uso passa a ser amortizado linearmente seguindo as diretrizes do CPC 27 – Ativo imobilizado e o passivo de arrendamento acrescido pela despesa de juros e diminuído pelo pagamento das contraprestações.

A norma prevê isenções na aplicabilidade para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor envolvidos na operação.

Os principais arrendamentos relacionados a nova regra identificados pela Administração, tratam-se de imóveis de terceiros e equipamentos ligados à operação. O impacto estimado em 1º de janeiro de 2019 é de R\$ 49.646 na Controladora e R\$ 75.027 no Consolidado sem efeitos fiscais, o método adotado será o retrospectivo modificado, assim as demonstrações financeiras de 2018 não serão atualizadas. Os valores mencionados correspondem ao ativo de direito de uso e ao passivo de arrendamento que serão registrados na Controladora e no Consolidado.

Outras normas

As normas alteradas e interpretações citadas a seguir, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

c Base de consolidação

(i) Controladas e investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordos de acionistas, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 2 – Relação de entidades controladas – e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Catlog Logística de Transportes S.A. (“Catlog”) e da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”) consideradas como empreendimentos controlados em conjunto, que tem seu resultado

considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos em controladas e controladas em conjuntos estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Investimentos.

(ii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d *Moeda estrangeira*

(i) *Transações em moeda estrangeira*

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e demais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

e *Instrumentos financeiros*

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas Controladoras se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao Valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas Controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas Controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas Controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas Controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas Controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na

performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> .
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas Controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da

titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas Controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas Controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas Controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumento financeiro derivativo de *hedge* financeiro para proteção a exposição de risco de taxa de câmbio. Esse instrumento financeiro derivativo é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, remensurado pelo valor justo periodicamente, sendo registrados separadamente o objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo. Estes contratos possuem os mesmos prazos.

No início da operação o objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo são documentados conforme a seguir:

(a) objetivo e descrição do *hedge*;

(b) a identificação do objeto de *hedge* e a natureza dos riscos protegidos;

(c) identificação do instrumento financeiro;

(d) índice de cobertura;

(e) demonstração da efetividade prospectiva.

Desse modo são categorizados e registrados seguindo os critérios de contabilização de *hedge*. A Companhia possui uma única operação com instrumento financeiro derivativo e enquadra-se na classificação de *hedge* de fluxo de caixa, desse modo seu valor justo é registrado em outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

f Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e suas Controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4 Gestão de risco financeiro

A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, sendo avaliadas e definidas estratégias de proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia e de suas Controladas. A

Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a Risco de mercado - Taxa de câmbio

Em agosto de 2018, a Companhia obteve linha de crédito concedida sob os benefícios da Lei 4.131 referenciados em dólares americanos, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Com o objetivo de se proteger contra as flutuações cambiais, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (*swap*) com o mesmo valor nominal e vencimentos.

Esse instrumento financeiro designado como *swap* de fluxo de caixa, consiste na troca da variação cambial mais taxa prefixada de 4,89% ao ano, por percentuais relacionados a variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais taxa prefixada 0,89% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta a seguinte exposição líquida a variação cambial, denominada em dólares norte-americanos (valores abaixo denominados em reais):

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (nota explicativa nº 12)	52.102
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i> ponta ativa (i)	(52.102)
Exposição cambial, líquida	<u>-</u>

(i) Não inclui o valor justo do *swap*.

A Companhia e suas Controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação.

b Risco de mercado - Taxa básica de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas decorre de empréstimos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Os empréstimos que foram emitidos e referenciados em dólares americanos, mas que foram objeto de contratação de instrumento derivativo visando proteger contra flutuações cambiais, também passaram a estar expostos a taxa de juros locais.

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas é representado pela exposição à variação do CDI. A seguir está demonstrada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à essas variações:

	<u>31 de dezembro de 2018</u>		<u>31 de dezembro de 2017</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira (nota explicativa nº 12)	(52.102)	(52.102)	-	-
Empréstimos e financiamentos - moeda local (nota explicativa nº 12)	(10.015)	(10.015)	(50.151)	(54.747)
Instrumento financeiros derivativos	2.086	2.086	-	-
Instrumento financeiros derivativos - valor justo	(472)	(472)	-	-
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(98.083)	(98.083)	(168.127)	(168.127)
Equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	74.400	82.206	46.128	148.306
Exposição líquida	<u>(84.186)</u>	<u>(76.380)</u>	<u>(172.150)</u>	<u>(74.568)</u>

c Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com “*rating*” mínimo “A” na escala *Standard & Poor’s*, ou o equivalente nas demais agências de risco. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. As práticas de gestão de risco de crédito incluindo métodos e premissas estão descritas na nota explicativa nº 6. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A exposição da Companhia está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	75.713	46.534	83.542	148.732
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6)	195.543	146.052	226.227	171.180
	<u>271.256</u>	<u>192.586</u>	<u>309.769</u>	<u>319.912</u>

d Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e de suas Controladas e consolidada pelo departamento de finanças.

Através dessa previsão o departamento de finanças monitora a disponibilidade de caixa para atender as necessidades operacionais e financeiras da Companhia e de suas Controladas, mantendo e contratando linhas de crédito disponíveis em níveis adequados.

O excesso de caixa é investido em operações financeiras conservadoras e com liquidez de curtíssimo prazo para fazer face às previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir ilustra os passivos financeiros e operações de derivativos da Companhia e de suas Controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são fluxos de caixas não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Controladora				
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12)	62.117	68.796	7.410	61.386	-
Debêntures (nota explicativa nº 12)	98.083	107.237	52.556	28.379	26.302
Fornecedores e fretes a pagar	32.774	32.774	32.774	-	-
Demais contas a pagar (nota explicativa nº 16)	21.994	21.994	21.994	-	-
Instrumento financeiro derivativo	(1.614)	(1.614)	-	(1.614)	-
Partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	9.827	9.827	7.869	1.958	-
Em 31 de dezembro de 2018	<u>223.181</u>	<u>239.014</u>	<u>122.603</u>	<u>90.109</u>	<u>26.302</u>

	Consolidado				
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12)	62.117	68.796	7.410	61.386	-
Debêntures(nota explicativa nº 12)	98.083	107.237	52.556	28.379	26.302
Fornecedores e fretes a pagar	36.898	36.898	36.898	-	-
Demais contas a pagar (nota explicativa nº 16)	30.863	30.863	30.863	-	-
Instrumento financeiros derivativos	(1.614)	(1.614)	-	(1.614)	-
Partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	4.269	4.269	2.311	1.958	-
Em 31 de dezembro de 2018	230.616	246.449	130.038	90.109	26.302

e Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas Controladas. Considerando que o valor aplicado e todas as dívidas da Companhia (Empréstimos e Financiamentos e Debêntures) estão atreladas ao CDI (6,40% a.a. em dezembro de 2018), esse indexador seria a única variável de risco existente. De acordo com a avaliação efetuada pela Administração o cenário mais provável (Cenário I) apresenta os impactos no horizonte de um ano considerando a manutenção do CDI.

Adicionalmente, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº. 475/08, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar os impactos de um aumento de 25% e 50% na variável de risco considerada. São eles os Cenários II e III respectivamente.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) - 25%	Cenário Remoto (III) - 50%	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) - 25%	Cenário Remoto (III) - 50%
Aplicações Financeiras	4.738	5.922	7.107	5.235	6.544	7.852
Receitas	4.738	5.922	7.107	5.235	6.544	7.852
NCE Safra	(906)	(1.067)	(1.227)	(906)	(1.067)	(1.227)
4131 Itaú	(3.646)	(4.446)	(5.247)	(3.646)	(4.446)	(5.247)
Debentures I	(3.532)	(4.299)	(5.066)	(3.532)	(4.299)	(5.066)
Debentures II	(4.213)	(5.016)	(5.818)	(4.213)	(5.016)	(5.818)
Despesas	(12.297)	(14.828)	(17.358)	(12.297)	(14.828)	(17.358)
Efeito líquido no resultado / Patrimônio Líquido	(7.559)	(8.906)	(10.251)	(7.062)	(8.284)	(9.506)

f Gestão de capital

A Companhia e suas Controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e adicionado ou subtraído do saldo de “swap”. Já o capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	62.117	50.151	62.117	54.747
Debêntures – nota explicativa nº 12	98.083	168.127	98.083	168.127
Instrumentos financeiros derivativos	(1.614)	-	(1.614)	-
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	(75.713)	(46.534)	(83.542)	(148.732)
Dívida líquida	82.873	171.744	75.044	74.142
Total do patrimônio líquido	484.372	448.806	484.372	448.806
Total do capital	567.245	620.550	559.416	522.948
Índice de alavancagem financeira	15%	28%	13%	14%

g Classificação dos instrumentos financeiros

O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.

Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos classificados em outras categorias além das informadas.

	Controladora			Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo
Em 31 dezembro de 2018						
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras – nota explicativa nº 5	74.400	74.400	Nível 2	82.206	82.206	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	1.313	1.313	Nível 1	1.336	1.336	Nível 1
Instrumento financeiro designado para hedge						
Instrumentos financeiros derivativos (i)	1.614	1.614	Nível 2	1.614	1.614	Nível 2
Ativos pelo custo amortizado						
Contas a receber de clientes – nota explicativa nº 6	195.543	195.543	Nível 2	226.227	226.227	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	19.808	19.808	Nível 2	19.752	19.752	Nível 2
Demais contas a receber (ii) – nota explicativa nº 7	542	542	Nível 2	6.747	6.747	Nível 2
	293.220	293.220		337.882	337.882	
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Debêntures – nota explicativa nº 12	98.083	100.159	Nível 2	98.083	100.159	Nível 2
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	62.117	61.395	Nível 2	62.117	61.395	Nível 2
Fornecedores e fretes a pagar	32.774	32.774	Nível 2	36.898	36.898	Nível 2
Demais contas a pagar – nota explicativa nº 16	21.994	21.994	Nível 2	30.863	30.863	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	9.827	9.827	Nível 2	4.269	4.269	Nível 2
	224.795	226.149		232.230	233.584	

- (i) A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição as variações cambiais, decorrente do contrato de empréstimo modalidade 4131.
- (ii) Não incluem valores referente aos adiantamentos a funcionários e fornecedores.

	Controladora			Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo
Em 31 dezembro de 2017						
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras – nota explicativa nº 5	46.128	46.128	Nível 2	148.306	148.306	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	406	406	Nível 1	426	426	Nível 1
Ativos pelo custo amortizado						
Contas a receber de clientes – nota explicativa nº 6	146.052	146.052	Nível 2	171.180	171.180	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	589	589	Nível 2	768	768	Nível 2
Dividendos a receber – Nota nº 24	6.035	6.035	Nível 2	-	-	Nível 2
Demais contas a receber (i) – nota explicativa nº 7	55	55	Nível 2	2.268	2.268	Nível 2
	199.265	199.265		322.948	322.948	
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Debêntures – nota explicativa nº 12	168.127	151.730	Nível 2	168.127	151.730	Nível 2
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	50.151	43.688	Nível 2	54.747	47.291	Nível 2
Fornecedores e fretes a pagar	29.406	29.406	Nível 2	32.237	32.237	Nível 2
Demais contas a pagar – nota explicativa nº 16	20.320	20.320	Nível 2	26.067	26.067	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	1.297	1.297	Nível 2	826	826	Nível 2
Dividendos a distribuir	3.128	3.128	Nível 2	3.128	3.128	Nível 2
	272.429	249.569		285.132	261.279	

- (i) Não incluem valores referente aos adiantamentos a funcionários e fornecedores.

h *Hedge accounting*

Política contábil

A operação de *hedge* da Companhia tem como objetivo proteger fluxos de caixas referenciados em dólares americanos advindo do empréstimo em moeda estrangeira (conforme nota explicativa nº 12) uma vez que praticamente toda a operação da Companhia está referenciada à moeda local.

Desse modo, a transação enquadra-se na classificação de *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros.

O objetivo do *hedge accounting* (assim entendido como a política de contabilização do *hedge* adotado) é de afetar o resultado da Companhia apenas pelas taxas de juros locais às quais ela está exposta, considerando apenas o efeito líquido do *hedge* contratado.

O contrato vigente em 31 de dezembro de 2018 é o seguinte:

Instrumento	Tipo de instrumento financeiro	Operação	Valor nominal	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa contratada
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	Swap USD X CDI	USD 13.441	08/2020	Variação cambial + 4,89%	CDI +0,89%

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

Descrição	Valor principal (nacional)	Valor da curva	Valor justo	Ganho (perda) de ajuste a valor justo
Contrato de swap				
Ponta ativa:				
Posição comprada dólar	50.000	52.102	52.320	218
Ponta passiva:				
Posição vendida no CDI	50.000	50.016	50.706	690
Total instrumento financeiro líquido	-	2.086	1.614	(472)

De acordo com as práticas contábeis aplicáveis, o ajuste ao valor justo apurado para o instrumento financeiro foi de R\$ 472 e encontra-se registrado em outros resultados abrangentes (patrimônio líquido). Vale destacar que a operação de *hedge* atual se encontra totalmente vinculada, inclusive contratualmente, ao empréstimo contratado na modalidade resolução 4131, não podendo ser desfeito individualmente.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos da Companhia e de suas Controladas, e não constituem um investimento visando auferir ganhos. Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Recursos em banco e em caixa	1.313	406	1.336	426
Aplicações financeiras	74.400	46.128	82.206	148.306
	75.713	46.534	83.542	148.732

As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão representadas por operações compromissadas lastreadas em títulos financeiros com liquidez imediata, com remuneração pactuada entre 96,5% a 100,8% para os prazos estabelecidos (96,5% a 102,5% em dezembro

2017) da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A Companhia adota uma gestão de caixa centralizada na Controladora, apesar do caixa consolidado ser distribuído entre suas Controladas.

A exposição da Companhia e suas Controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 4.

6 Contas a receber de clientes

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de suas Controladas. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as perdas estimadas quando requerida.

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro é considerada deteriorado.

A Companhia e suas Controladas consideram nas suas avaliações a abordagem de perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes para constituição de perda estimada, com base no histórico de perdas incorridas e a expectativa de continuidade de seus clientes.

Como expediente prático – permitido pelo CPC 48 – as perdas esperadas são reconhecidas com base nas contas a receber em atraso (aging) levando-se em conta o histórico de perdas da Tegma. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias são integralmente provisionados. Nesta avaliação são excluídos os clientes que não possuem histórico de perdas. Esses clientes referem-se substancialmente ao setor automotivo.

Caso o valor originalmente provisionado seja recebido, a Companhia efetua uma reversão da perda estimada. Quando não há expectativa de recebimento dos valores, a Companhia reconhece a perda efetiva dos títulos, revertendo igualmente a provisão constituída.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber da venda de serviços:				
No Brasil	195.622	146.163	229.165	173.148
Contas a receber no Brasil	195.622	146.163	229.165	173.148
Perda estimada	(79)	(111)	(2.938)	(1.968)
	195.543	146.052	226.227	171.180

Em 31 de dezembro de 2018 o prazo médio de recebimento é de aproximadamente 44 dias Controladora e 46 dias Consolidado (37 dias Controladora e 39 dias Consolidado em dezembro de 2017).

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Títulos a vencer	175.971	127.318	205.673	151.858
Títulos vencidos até 30 dias	18.512	16.729	19.440	17.252
Títulos vencidos de 31 até 90 dias	419	758	452	812
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	293	589	838	600
Títulos vencidos há mais de 181 dias	427	769	2.762	2.626
	195.622	146.163	229.165	173.148

A movimentação da perda estimada da Companhia e de suas Controladas é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	(111)	(12.372)	(1.968)	(18.072)
Baixa	-	12.238	-	16.197
Adições	(162)	(44)	(2.238)	(266)
Reversões	194	67	1.142	173
Reestruturação societária - efeito formação JV (i)	-	-	126	-
Saldo final	(79)	(111)	(2.938)	(1.968)

(i) Saldo em 31 de janeiro de 2018 pertencente a Tagma Logística Integrada S.A, que foi objeto da formação de *joint venture* em fevereiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2 item i.

A movimentação da perda estimada foi registrada no resultado do exercício na rubrica de "Outras despesas líquidas" (nota explicativa nº21).

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas Controladas não mantêm nenhum título como garantia.

Em 31 de dezembro de 2017 as baixas de títulos das contas a receber oriundos de antiga Controlada Direct Express, foram de R\$ 12.238 na Controladora e R\$ 16.197 no Consolidado, tendo como contrapartida a provisão para crédito de liquidação duvidosa, ambas as contas do ativo circulante, não tendo efeito no resultado do exercício.

7 Demais contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativo indenizatório (i)	465	-	5.970	-
Adiantamento a fornecedores	3.072	2.359	4.330	2.811
Adiantamento funcionários	2.180	1.194	2.368	1.356
Valores a receber	-	-	-	1.907
Recuperação de despesas a receber	-	-	-	298
Sinistros a recuperar	77	55	77	61
Outros créditos	-	-	700	2
	5.794	3.608	13.445	6.435
Circulante	5.329	3.608	6.775	4.528
Não circulante	465	-	6.670	1.907
	5.794	3.608	13.445	6.435

(i) Trata-se de provisão para ressarcimento de contingências cíveis cobertas pela apólice de seguro no montante de R\$ 5.970, conforme nota explicativa nº 21- item iv.

8 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
PIS e COFINS (i) (ii)	9.993	33.264	11.333	39.037
INSS a recuperar	6.413	8.508	9.826	13.354
IRRF sobre aplicações financeiras	51	204	91	1.952
Fundaf (iii)	-	-	-	12.162
Outros	173	166	174	193
	16.630	42.142	21.424	66.698
Circulante	10.477	36.234	12.007	42.770
Não circulante	6.153	5.908	9.417	23.928
	16.630	42.142	21.424	66.698

(i) Em dezembro de 2018, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS referentes ao direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. Os créditos reconhecidos foram fundamentados na decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") de 15 de março de 2017 em sede de repercussão geral. Como os embargos de declaração do processo ainda estão pendentes de decisão, não havendo ainda decisão sobre a possibilidade de reconhecimento de créditos de períodos precedentes (no caso da Companhia cinco anos antes de 2008), os créditos registrados abrangem apenas o período de março de 2017 a dezembro de 2018. O impacto no resultado foi um crédito de R\$10.263 na Controladora (sendo R\$ 9.702 de principal (R\$ 4.106 referente ao ano de 2017 e R\$ 5.596 referente a 2018) e R\$ 561 de atualização monetária) e R\$ 11.209 Consolidado (sendo R\$ 10.596 de principal (R\$ 4.479 referente a ano de 2017 e R\$ 6.117 referente a 2018) e R\$ 613 de atualização monetária). Dos quais já foram compensados R\$ 558 na Controladora e R\$ 610 no Consolidado.

(ii) Em dezembro de 2017 a Companhia identificou com o apoio de especialistas independentes, oportunidades tributárias das contribuições para o PIS e COFINS na revisão dos últimos 5 anos, referente aos créditos sobre os gastos incorridos na subcontratação de empresas de transporte e itens do imobilizado, que resultou em um crédito de R\$ 33.096 na Controladora, sendo R\$ 25.624 de principal e R\$ 7.472 de atualização monetária (R\$ 38.336 Consolidado, sendo R\$ 29.757 de principal e R\$ 8.579 de atualização monetária). Em julho de 2018, esse montante foi integralmente utilizado. Dessa maneira, o saldo apresentado acima não contempla esse valor.

(iii) A antiga Controlada Tegma Logística Integrada S.A. efetuou até 2014 o recolhimento ao FUNDAF (Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização), de uma contribuição sobre as receitas de serviços alfandegários na localidade de Cariacica/ES. Em 2014, a antiga Controlada entrou com o pedido de restituição desses valores junto à União Federal por entender que tratava de uma cobrança inconstitucional. Em junho de 2017 a antiga Controlada obteve decisão favorável transitado em julgado. Dessa maneira, essa restituição em 31 de dezembro de 2017 apresentou um saldo de R\$ 12.162 (sendo R\$ 7.677 de principal e R\$ 4.485 de atualização monetária). Em fevereiro de 2018, esse saldo foi objeto da formação de *joint venture*, conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (i), o ressarcimento integral desses valores ocorrerá por precatórios emitidos pela União. Em 21 de junho de 2018 houve a confirmação da inclusão desse valor no orçamento da União de 2019, assim, os precatórios correspondentes serão liquidados até dezembro de 2019.

Os valores de impostos a recuperar foram gerados pela própria operação da Companhia e suas Controladas e serão compensados com débitos futuros da mesma natureza, dessa forma, os valores estão apresentados a valores de realização.

9 Investimentos

Controladas e Controladas em conjunto

	2018			2017			Controladora
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total	
Controladas							
Tegma Cargas Especiais Ltda. (TCE)	33.533	6.364	39.897	108.886	6.364	115.250	
Tegma Logística de Armazéns Ltda. (TLA)	26.099	-	26.099	22.236	-	22.236	
Tegma Logística Integrada S.A. (TLI) (i)	-	-	-	43.465	2.491	45.956	
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. (Niyati)	76.452	-	76.452	64.203	-	64.203	
PDI Comércio, Indústria e Serviços Ltda. (PDI)	-	-	-	-	37	37	
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. (Tegmax)	2.640	-	2.640	8.319	-	8.319	
Tegma Logística de Veículos Ltda. (TLV)	15.248	-	15.248	22.864	-	22.864	
Tegup Inovação e Tecnologia Ltda. ("Tegup") (ii)	1.448	-	1.448	-	-	-	
	155.420	6.364	161.784	269.973	8.892	278.865	
Empreendimentos controlados em conjunto							
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog)	1.413	-	1.413	1.978	-	1.978	
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL") (i)	17.838	16.693	34.531	-	-	-	
	19.251	16.693	35.944	1.978	-	1.978	
Total de investimento controladora	174.671	23.057	197.728	271.951	8.892	280.843	

- (i) Antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A. (TLI) em conjunto com a Silotec formam a *joint venture* GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL), conforme descrito na nota explicativa nº 2, item (i).
- (ii) Controlada constituída para busca de inovação em logística, agindo como aceleradora de startups, conforme descrito na nota explicativa nº 2, item (ii).

Consolidado	
2018	2017
1.413	1.978
17.838	-
19.251	1.978

Empreendimentos controlados em conjunto

Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog)

GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL")

Movimentação dos investimentos

	TCE	TLI	TLA	Niyati	Tegmax	TLV	Tegup	Catlog (i)	TV	GDL	Total
Em 01 de janeiro de 2017	99.728	66.487	-	61.947	14.025	30.136	-	4.364	-	-	276.687
Provisão para patrimônio líquido negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	(196)	-	(196)
Equivalência patrimonial	17.443	146	1.596	1.756	329	(7.272)	-	(285)	(478)	-	13.235
Aumento de investimento (ii)	-	-	20.640	500	-	-	-	-	-	-	21.140
Redução de capital (ii)	-	(20.640)	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.640)
Baixa de patrimônio líquido negativo (iii)	-	-	-	-	-	-	-	-	674	-	674
Dividendos (iv)	(1.921)	-	-	-	(6.035)	-	-	(736)	-	-	(8.692)
Provisão perda de investimento	-	-	-	-	-	-	-	(1.365)	-	-	(1.365)
Em 31 de dezembro de 2017	115.250	45.993	22.236	64.203	8.319	22.864	-	1.978	-	-	280.843
Equivalência patrimonial	5.219	(338)	(1.388)	1.979	134	(1.616)	47	170	-	201	4.408
Redução de capital (vi)	(64.000)	-	-	-	(5.500)	(6.000)	-	(491)	-	-	(75.991)
Aumento de capital	-	5.800	5.251	11.349	-	-	1.400	-	-	-	23.800
Aquisição de controlada	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Reestruturação societária (v)	-	(48.927)	-	-	-	-	-	-	-	17.637	(31.290)
Dividendos (iv)	(16.572)	-	-	(1.079)	(313)	-	-	(244)	-	-	(18.208)
Constituição/baixa ágio (GDL-TLI) (v)	-	(2.528)	-	-	-	-	-	-	-	16.693	14.165
Em 31 de dezembro de 2018	39.897	-	26.099	76.452	2.640	15.248	1.448	1.413	-	34.531	197.728

- (i) Desde janeiro de 2015 a investida Catlog mantém-se inativa operacionalmente. A retomada das atividades pode ser reconsiderada caso julgado conveniente pela Companhia.
- (ii) Transferência das quotas da controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda., primeiramente detidas pela controlada Tegma Logística Integrada S.A., para a Controladora (vide nota explicativa nº 2 item i). E integralização de capital no montante de R\$500 na Controlada Niyati.
- (iii) Reversão do patrimônio líquido negativo da controlada em conjunto Tegma Venezuela S.A. por conta da alienação efetuada em Maio de 2017.
- (iv) Os dividendos distribuídos pelas Controladas Tegma Cargas Especiais Ltda. R\$ 1.921 e Catlog Logística de Transportes S.A R\$ 736, referem-se ao exercício de 2016 e foram pagos em 2017. A Controlada Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. efetuou a destinação de dividendos no montante de R\$ 6.035 referente ao exercício de 2016, sendo pago em 2018. Os dividendos distribuídos no montante de R\$ 18.208 das Controladas em 2018, referem-se ao exercício de 2017 e foram integralmente pagos em 2018.
- (v) Reconhecimento da parcela acionária e ágio da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL) e baixa da participação e ágios na antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A. (TLI), conforme descrito na nota explicativa nº 2, item (i).
- (vi) Reduções de capital social nas investidas indicadas, uma vez que os mesmos foram julgados excessivos para consecução do objeto social das Controladas.

	Consolidado			
	Catlog	TV	GDL	Total
Em 01 de janeiro de 2017	2.999	-	-	2.999
Provisão para patrimônio líquido negativo (i)	-	(196)	-	(196)
Equivalência patrimonial	(285)	(478)	-	(763)
Baixa de patrimônio líquido negativo	-	674	-	674
Recebimento de dividendos	(736)	-	-	(736)
Em 31 de dezembro de 2017	1.978	-	-	1.978
Equivalência patrimonial	170	-	201	371
Participação societária	-	-	17.637	17.637
Dividendos	(244)	-	-	(244)
Redução de capital	(491)	-	-	(491)
Em 31 de dezembro de 2018	1.413	-	17.838	19.251

- (i) Em função da alienação da participação de 25% sobre a controlada Tegma Venezuela S.A. ocorrida em maio de 2017, a provisão para patrimônio líquido negativo foi revertida e reconhecida como custo da venda de parte acionária e resultado de equivalência patrimonial.

Participação da Companhia nos resultados das Controladas diretas, todas Companhias de capital fechado ou limitadas, como também no total de seus ativos e passivos:

	TCE	TLI	TLA	Niyati	Tegmax	TLV	Tegup
Saldos em 31 de dezembro de 2018							
Ativo	53.384	-	32.552	78.440	2.731	16.967	1.451
Passivo	19.851	-	6.453	1.988	91	1.719	3
Patrimônio líquido	33.533	-	26.099	76.452	2.640	15.248	1.448
Receita líquida	75.975	2.333	39.318	3.606	77	-	47
Lucro/ (Prejuízo)	5.219	(338)	(1.388)	1.979	134	(1.616)	47

Saldos em 31 de dezembro de 2017

Ativo	121.642	53.295	33.583	64.324	14.575	23.394	-
Passivo	12.756	9.830	11.347	121	6.256	530	-
Patrimônio líquido	108.886	43.465	22.236	64.203	8.319	22.864	-
Receita líquida	77.060	51.090	11.585	3.296	1.317	-	-
Lucro/ (Prejuízo)	17.443	146	1.596	1.756	329	(7.272)	-

A seguir apresentamos os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado (100%) das sociedades sobre controle comum:

	Catlog		GDL
	2018	2017	2018
Ativo			
Circulante	3.282	5.508	19.439
Não circulante	615	674	37.156
Imobilizado	-	-	14.028
Outros	-	-	1.939
	3.897	6.182	72.562
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	236	68	16.339
Não circulante	777	2.077	20.546
Patrimônio líquido	2.884	4.037	35.677
	3.897	6.182	72.562
Resultado do período			
Receita líquida	-	-	52.126
Custo dos serviços prestados	-	-	(45.907)
Despesas gerais e administrativas	(311)	(578)	(5.340)
Receitas financeiras, líquidas	284	562	706
Outras (despesas) receitas, líquidas	374	(566)	(1.393)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	210
Lucro (prejuízo) do exercício	347	(582)	402

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 item i, a partir de fevereiro de 2018 foi registrado o investimento da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL").

10 Imobilizado

Política contábil

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui, quando aplicável, os custos de financiamento relacionados com a construção de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edifícios	25
Computadores e periféricos	5
Instalações	10
Veículos	3 e 5
Máquinas e equipamentos/ferramentas	5 a 10
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4 a 10
Móveis e utensílios e embalagens e outros	5 a 10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas líquidas" na demonstração do resultado.

Movimentação do Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos/ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios e embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2016	15.402	20.498	2.569	2.043	33.392	3.185	6.547	12.961	22.021	118.618
Movimentações										
Aquisições	946	137	229	268	-	294	1.674	3.214	378	7.140
Alienações	-	-	(3)	-	(1.016)	(8)	-	(327)	-	(1.354)
Transferências	-	22.235	-	6	-	-	-	(6)	(22.235)	-
Depreciação	-	(1.129)	(986)	(285)	(4.153)	(715)	(2.988)	(4.541)	-	(14.797)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	16.348	41.741	1.809	2.032	28.223	2.756	5.233	11.301	164	109.607
Saldos em 31 de dezembro de 2017										
Custo	16.348	49.200	11.834	3.924	62.058	10.014	50.151	23.597	164	227.290
Depreciação acumulada	-	(7.459)	(10.025)	(1.892)	(33.835)	(7.258)	(44.918)	(12.296)	-	(117.683)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	16.348	41.741	1.809	2.032	28.223	2.756	5.233	11.301	164	109.607
Movimentações										
Aquisições	-	234	1.087	840	1.305	624	1.394	2.631	543	8.658
Alienações	-	-	-	-	(744)	-	-	(12)	-	(756)
Depreciação	-	(3.926)	(871)	(303)	(4.745)	(662)	(2.849)	(4.844)	-	(18.200)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	16.348	38.049	2.025	2.569	24.039	2.718	3.778	9.076	707	99.309
Saldos em 31 de dezembro de 2018										
Custo	16.348	49.434	12.920	4.765	61.488	10.634	51.545	25.923	707	233.764
Depreciação acumulada	-	(11.385)	(10.895)	(2.196)	(37.449)	(7.916)	(47.767)	(16.847)	-	(134.455)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	16.348	38.049	2.025	2.569	24.039	2.718	3.778	9.076	707	99.309

- (i) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no período findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão logística industrial).
- (ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e benfeitorias em curso.

	Consolidado									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos/ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis e utensílios e embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2016	49.661	47.649	5.501	12.311	38.921	7.753	15.313	14.809	22.222	214.140
Movimentações										
Aquisições	946	137	338	742	7.408	808	6.555	3.302	623	20.859
Alienações	-	-	(58)	(42)	(1.016)	(11)	-	(328)	-	(1.455)
Transferências	-	22.235	9	65	60	-	-	(65)	(22.304)	-
Depreciação	-	(2.229)	(1.930)	(1.863)	(4.872)	(1.636)	(6.056)	(4.858)	-	(23.444)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	50.607	67.792	3.860	11.213	40.501	6.914	15.812	12.860	541	210.100
Saldos em 31 de dezembro de 2017										
Custo	50.607	76.741	20.154	23.323	84.335	21.545	91.258	27.117	541	395.621
Depreciação acumulada	-	(8.949)	(16.294)	(12.110)	(43.834)	(14.631)	(75.446)	(14.257)	-	(185.521)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	50.607	67.792	3.860	11.213	40.501	6.914	15.812	12.860	541	210.100
Movimentações										
Aquisições	9.466	231	1.218	2.493	2.186	941	2.552	2.691	8.060	29.838
Alienações	-	-	-	(693)	(852)	(23)	(130)	(25)	-	(1.723)
Transferências	-	-	-	-	(2)	-	2	-	-	-
Depreciação	-	(5.026)	(1.543)	(1.403)	(5.610)	(1.211)	(4.738)	(5.069)	-	(24.600)
Outros (iii)	-	-	(442)	(2.842)	(70)	(1.953)	(5.833)	(309)	-	(11.449)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	60.073	62.997	3.093	8.768	36.153	4.668	7.665	10.148	8.601	202.166
Saldos em 31 de dezembro de 2018										
Custo	60.073	76.937	18.952	17.715	84.294	17.290	72.455	28.271	8.601	384.588
Depreciação acumulada	-	(13.940)	(15.859)	(8.947)	(48.141)	(12.622)	(64.790)	(18.123)	-	(182.422)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	60.073	62.997	3.093	8.768	36.153	4.668	7.665	10.148	8.601	202.166

- (i) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no período findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão logística industrial).
- (ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e benfeitorias em curso.
- (iii) Saldos em 31 de janeiro de 2018 pertencentes à Tegma Logística Integrada S.A., que foi objeto da formação de *joint venture* em fevereiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (i).

Os montantes de depreciação e amortização foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Depreciação	(18.200)	(14.797)	(24.600)	(23.444)
Amortização	(4.148)	(3.681)	(4.690)	(4.700)
Total	(22.348)	(18.478)	(29.290)	(28.144)

Os montantes de depreciação e amortização segregados entre custos e despesas foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos serviços prestados	(19.201)	(15.635)	(25.873)	(24.939)
Despesas gerais e administrativas	(3.147)	(2.843)	(3.417)	(3.205)
Total	(22.348)	(18.478)	(29.290)	(28.144)

11 Intangível

Política contábil

Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio (“*goodwill*”) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida, sendo registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (“*impairment*”) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Licenças de software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e suas Controladas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de reconhecimento são atendidos. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

	Controladora							
	2016	Adição	Amortização	Outros	2017	Adição	Amortização	Outros
Software	9.935	4.105	(3.681)	-	10.359	5.143	(4.148)	-
Ágio pago na aquisição de investimentos								
Nortev	120.877	-	-	-	120.877	-	-	-
Boni Amazon	32.791	-	-	-	32.791	-	-	-
	163.603	4.105	(3.681)	-	164.027	5.143	(4.148)	-
	Consolidado							
	2016	Adição	Amortização	Outros	2017	Adição	Amortização	Outros (ii)
Software	12.897	4.371	(4.700)	-	12.568	5.601	(4.690)	(1.057)
Ágio pago na aquisição de investimentos								
Nortev	120.877	-	-	-	120.877	-	-	-
Boni Amazon	32.791	-	-	-	32.791	-	-	-
Tegma Logística Integrada S.A.	2.491	-	-	-	2.491	-	-	(2.491)
Tegma Cargas Especiais Ltda.	6.364	-	-	-	6.364	-	-	-
Catlog Logística de Transportes S.A. (i)	1.365	-	-	(1.365)	-	-	-	-
PDI comércio, Indústria e Serviços Ltda.	36	-	-	-	36	-	-	(36)
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL") (iii)	-	-	-	-	-	16.693	-	-
	163.924	-	-	(1.365)	162.559	16.693	-	(2.527)
Líquido	176.821	4.371	(4.700)	(1.365)	175.127	22.294	(4.690)	(3.584)

- (i) Por conta da inatividade das atividades na Catlog Logística de Transportes S.A, em 2017 a administração efetuou uma provisão de perda de ágio no montante de R\$ 1.365.
- (ii) Inclui saldo de R\$ 2.527 em 31 de janeiro de 2018 de ágios baixados por conta da reestruturação societária ocorrida na Tegma Logística Integrada S.A., e saldo de R\$ 1.036 de software contribuído para formação de *joint venture* em fevereiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (i).
- (iii) Ágio registrado na adição da parte acionária da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL) na formação de *joint venture*, conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (i).

Testes por redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com o segmento operacional. Os testes do ágio para verificação de *impairment* foram efetuados para os seguintes investimentos considerados relevantes:

	2018	2017
Nortev (automotivo)	120.877	120.877
TCE/Boni Amazon (logística integrada)	39.155	39.155
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A	16.693	-

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as que seguem:

	2018	2017
PIB (i)	2,50%	2,50%
Inflação anual (ii)	3,90%	4,00%
Crescimento perpetuidade (iii)	2,50%	2,50%
Taxa de desconto (iv)	8,95%	9,40%
Taxa de desconto (v)	12,18%	-

- (i) Média de projeção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para os próximos 10 anos, conforme informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
- (ii) Média de projeção do crescimento do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) para os próximos 10 anos, conforme projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
- (iii) Taxa de crescimento baseada nas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB);
- (iv) Taxa de desconto apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia (Nortev e TCE/Boni).
- (v) Taxa de desconto apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia (GDL).

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso, das três UGCs, foi superior ao valor contábil, mesmo considerando em cenário com a taxa de desconto aumentando de 1 p.p. e a taxa de crescimento na perpetuidade reduzindo 1 p.p. para as três UGCs. Nesse sentido, não houve necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* no ano de 2018.

A Companhia revisa os testes de ágio anualmente.

12 Empréstimos e financiamentos

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas Controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e financiamentos - moeda local				
Finame (a.i)	-	134	-	4.730
NCE - Nota de crédito de exportação (a.ii)	10.015	50.017	10.015	50.017
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira				
Resolução 4131 (a.iii)	52.102	-	52.102	-
Total dos empréstimos e financiamentos	62.117	50.151	62.117	54.747
(-) Circulante	6.703	151	6.703	1.112
Não circulante	55.414	50.000	55.414	53.635
Debêntures (b)				
Total de debêntures	98.083	168.127	98.083	168.127
(-) Circulante	48.073	71.441	48.073	71.441
Não circulante	50.010	96.686	50.010	96.686
Empréstimos e financiamentos	160.200	218.278	160.200	222.874
Instrumentos financeiros derivativos - swap (ativo)	(1.614)	-	(1.614)	-
(-) Circulante	-	-	-	-
Não circulante (i)	(1.614)	-	(1.614)	-
Empréstimos e financiamentos líquido de swap	158.586	218.278	158.586	222.874

- (i) Inclui valor justo sobre o *swap* no montante de R\$ 472, conforme nota explicativa nº 4 item h.

a. Empréstimos bancários

(i) *Finame*

Em março de 2017, a antiga Controlada Tegma Logística Integrada S.A., firmou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 4.474 por meio do agente financeiro Banco Safra S.A., cujo recursos foram utilizados nas aquisições de semirreboques e são garantidos pelos próprios bens. A liberação do valor ocorreu durante o exercício de 2017. Por conta da reestruturação citada na nota explicativa 2 item (i) e com a anuência do BNDES, a dívida e os semirreboques foram transferidos para a Controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda. no exercício de 2017. Em maio de 2018, o contrato de empréstimo foi quitado antecipadamente.

(ii) *NCE – Nota de crédito de exportação*

Em junho de 2017, a Companhia, firmou dois contratos de empréstimos na modalidade NCE sem garantias reais. Sendo: Com o Banco do Brasil S.A no montante de R\$ 40.000, com vencimento do principal em junho de 2019 e amortização mensal de juros. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 2% ao ano (com *flat fee* de 1,15%, pago na contratação do empréstimo). Em agosto de 2018 esse contrato foi quitado antecipadamente.

E outro com o Banco Safra S.A., no montante de R\$ 10.000, com vencimento do principal em 3 parcelas iguais, (junho de 2019, dezembro de 2019 e junho de 2020), com pagamentos de juros semestrais a partir de dezembro de 2017. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 2,65% ao ano (sem *flat fee*). A taxa média de juros é de 9,05% ao ano, para esse contrato, em dezembro de 2018 (9,55% em dezembro de 2017).

A Companhia não possui nenhuma cláusula restritiva (*covenants*) para esses empréstimos.

(iii) *Resolução 4131*

Em agosto de 2018 a Companhia firmou contrato de empréstimos em dólares americanos no montante de US\$ 13.441, equivalente a R\$ 50.000, na data da transação, com o agente financiador Itaú BBA Internacional PLC, sem garantias atreladas, com pagamento do principal no final do contrato, agosto de 2020, e juros a serem pagos em dezembro de 2018, fevereiro de 2020 e agosto de 2020.

Para proteção cambial do empréstimo a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo, *swap* de fluxo de caixa, com Itaú Unibanco S.A. no mesmo montante e vencimentos, trocando a exposição da variação da moeda US\$ mais taxa prefixada de 4,89% ao ano, pela variação do CDI mais 0,89 % ao ano, e com isso, cedendo os direitos creditórios da operação de *swap* como garantia ao credor do empréstimo em dólares americanos.

Em dezembro de 2018, a taxa média de juros é de 7,29% ao ano.

Essa operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA ⁽¹⁾ igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA ajustado/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

b. Debêntures

Em 2013, a Companhia emitiu debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, e da espécie quirografária. Os recursos líquidos obtidos são integralmente destinados a negócios de gestão ordinária da Companhia, como pagamento de dívidas já contraídas pela Companhia e reforço do caixa.

As debêntures têm como característica o pagamento de juros semestrais. Na 1ª emissão, os juros são pagos nos dias 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano. Já na 2ª emissão, os juros são pagos nos dias 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano.

O valor nominal das debêntures das duas emissões será amortizado da seguinte forma:

Na 1ª emissão: primeira série, em 15 de fevereiro de 2016 foi pago 33,33%, em 15 de fevereiro de 2017 foi pago 33,33% e 15 de fevereiro de 2018 foi pago 33,34%; já na segunda série, em 15 de fevereiro de 2017 foi pago 33,33%, 15 de fevereiro de 2018 foi pago 33,33% e a próxima data de amortização é em 15 de fevereiro de 2019 (33,34%).

Na 2ª emissão, para ambas as séries, em 15 de dezembro de 2016 foi pago 33,33%, em 28 de setembro de 2017 foi quitada de forma antecipada a parcela de 33,33%, anteriormente prevista para 15 de dezembro de 2017. Com relação a última parcela prevista originalmente para 15 de dezembro de 2018, houve uma repactuação, e o valor correspondente a 33,34 % da emissão, foi prorrogado na proporção de 50 % para 31 de julho de 2020 e 50 % para 31 de julho de 2021, conforme aprovação por assembleia geral dos debenturistas realizada em 25 de setembro de 2017.

Série	Tipo	Valor emissão	Debêntures em circulação	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora e Consolidado		
				Emissão	Vencimento			2018	2017	
1ª emissão - 1ª série	Simples	60.000	-	15/02/2013	15/02/2018	DI + 0,84%	10	-	20.636	
1ª emissão - 2ª série	Simples	140.000	14.000	15/02/2013	15/02/2019	DI + 0,97%	10	47.927	96.334	
2ª emissão - 1ª série	Simples	80.000	8.000	15/12/2013	31/07/2021	DI + 2,00%	10	26.750	27.283	
2ª emissão - 2ª série	Simples	70.000	7.000	15/12/2013	31/07/2021	DI + 2,00%	10	23.406	23.874	
								Circulante	48.073	71.441
								Não circulante	50.010	96.686

As emissões de debêntures estão sujeitas à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA ajustado ⁽²⁾ igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA ajustado/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

1. LAJIDA - resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.
2. LAJIDA AJUSTADO – significa o LAJIDA conforme definido acima excluindo-se os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa - INCVM 527/2012.

As parcelas vencíveis do não circulante, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
13 a 24 meses	80.419	93.343	80.419	94.462
25 a 36 meses	25.005	28.338	25.005	29.457
37 a 48 meses	-	25.005	-	26.124
49 a 60 meses	-	-	-	278
Total	105.424	146.686	105.424	150.321

Segue a movimentação para os períodos de 2018 e 2017:

	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	50.151	54.747
Captação	50.000	50.000
Juros apropriados	3.888	4.058
Pagamento de principal	(40.134)	(44.754)
Juros pagos	(3.927)	(4.073)
Varição Cambial	2.139	2.139
Saldo em 31 de dezembro de 2018	62.117	62.117
Debêntures		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	168.127	168.127
Juros apropriados	8.279	8.279
Pagamento de principal	(66.666)	(66.666)
Juros pagos	(11.657)	(11.657)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	98.083	98.083
Total	160.200	160.200

	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.182	1.182
Captação	50.000	54.474
Juros apropriados	2.557	2.914
Pagamento de principal	(1.047)	(1.047)
Juros pagos	(2.541)	(2.776)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	50.151	54.747
Debêntures		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	290.395	290.395
Juros apropriados	23.799	23.799
Pagamento de principal	(116.655)	(116.655)
Juros pagos	(29.412)	(29.412)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	168.127	168.127
Total	218.278	222.874

13 Salários e encargos sociais

Política contábil

(i) *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas Controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.

(ii) *Benefícios pós-emprego*

A Companhia e suas Controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes.

A lei nº 9.656/98 prevê que os empregados demitidos e/ou aposentados que contribuem com o custeio do plano privado de saúde possuem o direito de utilizar as mesmas condições de cobertura assistencial concedido pela Companhia e suas Controladas conforme as disposições legais. Segundo laudo elaborado por um atuário independente não existe qualquer risco atuarial para a Companhia e suas Controladas.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Férias a pagar	10.138	9.632	12.004	12.220
INSS	2.224	2.020	2.695	2.645
Gratificações e participação nos lucros a pagar	7.402	7.014	7.888	7.783
FGTS	645	598	765	780
Outras	831	1.013	909	1.216
Total	21.240	20.277	24.261	24.644

14 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

Política contábil

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências existentes, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. Os depósitos judiciais são classificados no ativo não circulante e não são compensados com as referidas provisões.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento que totalizavam, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 573.739 (R\$198.858 em 31 de dezembro de 2017) Controladora e R\$ 598.870 (R\$ 244.248 em 31 de dezembro de 2017) Consolidado, e está discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa, como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes valores contemplam todos os processos classificados como prováveis, possíveis e remotos. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração na medida em que há expectativa de desembolso futuro, amparada em opinião de seus consultores jurídicos externos.

Os valores mencionados acima se dividem conforme indicado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prováveis	34.419	30.926	44.444	38.983
Possíveis	92.363	109.126	99.760	132.824
Remotos	446.957	58.806	454.666	72.441
Total	573.739	198.858	598.870	244.248

Provisões constituídas

As provisões constituídas e correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas e previdenciárias	7.001	7.002	11.826	14.903
Tributárias (ii)	1.608	1.608	-	-
Cíveis (i)	93	93	22.593	16.023
Total	8.702	8.703	34.419	30.926

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas e previdenciárias	10.104	11.750	16.335	22.889
Tributárias	1.608	1.631	-	-
Cíveis (i)	190	190	28.109	16.094
Total	11.902	13.571	44.444	38.983

- (i) Contém provisão decorrente da combinação de negócios, conforme detalhado a seguir:

O contrato de compra e venda da Direct Express, firmado entre a Companhia e 8M Participações prevê que a Companhia somente estará obrigada a indenizar a 8M Participações por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos anteriores à data da compra, que superem no seu valor agregado R\$ 40.000. Por outro lado, a 8M Participações obriga-se a indenizar a Companhia por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos posteriores à data da compra. No exercício de 2017, o montante das obrigações pagas pela 8M Participações indenizáveis pela Companhia superaram o valor agregado. Em dezembro de 2018 a Administração revisou as premissas de cálculo o que resultou em uma provisão complementar, além das provisões correntes realizadas ao longo do exercício, no montante R\$ 14.500 para fazer frente à essa cláusula contratual, sendo assim o saldo destas provisões totaliza R\$ 22.098 (R\$ 15.993 em dezembro de 2017).

Abaixo segue a movimentação da provisão para o período de 2018 e 2017:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	30.926	38.983
Constituição	24.397	32.334
Constituição INSS FAP	149	149
Reestruturação societária (i)	-	(1.482)
Demandas judiciais a pagar	(336)	(1.168)
Baixa por depósito judicial	(1.032)	(2.535)
Pagamento	(19.685)	(21.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	34.419	44.444

- (i) Saldo em 31 de janeiro de 2018 pertencente a Tegma Logística Integrada S.A., que foi objeto da formação da *joint venture* em fevereiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (i).

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.946	14.938
Constituição	31.208	38.440
Transferência obrigação tributária	4.575	5.464
Demandas judiciais a pagar	(912)	(1.095)
Baixa por depósito judicial	(1.207)	(8.631)
Pagamento	(7.684)	(10.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	30.926	38.983

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda possível classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas e previdenciárias	45.769	65.083	48.512	76.550
Tributárias	25.703	14.767	30.135	20.086
Cíveis	20.891	29.276	21.113	36.188
Total	92.363	109.126	99.760	132.824

No que se refere às contingências trabalhistas e previdenciárias, estas se devem principalmente a casos relacionados com operações descontinuadas, bem como casos em que a Companhia responde subsidiária ou solidariamente com prestadoras de serviços terceirizados.

Anteriormente, a principal demanda judicial cível classificada como possível, correspondia à ação indenizatória por danos materiais, morais e pensionamento por morte em virtude de acidente de trânsito ocorrido em dezembro de 2011, envolvendo transportadora subcontratada pela Companhia e que possui valor de contingência atualizado de R\$ 2.029 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 12.996 em 31 de dezembro de 2017), a redução se deu em decorrência de sentença que acolheu apenas parcialmente os pedidos dos autores.

A principal demanda classificada como possível, sendo uma demanda tributária, decorre de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP através de autos de infração emitidos entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018 no montante R\$ 6.460 com base apenas na receita auferida pela filial de Mauá/SP.

Perdas remotas não provisionadas no balanço

As ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda remota classificado pela Administração e por seus consultores legais em 31 de dezembro de 2018 totalizam R\$ 446.957 na Controladora (R\$ 58.806 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 454.666 no Consolidado (R\$ 72.441 em 31 de dezembro de 2017). A principal demanda na esfera tributária decorre de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP conforme citado acima, com valor total de R\$ 402.958, no qual o município considerou de forma equivocada a receita bruta total auferida pela Companhia, e não somente a da filial de Mauá/SP que deveria ser a base da respectiva fiscalização. Neste contexto, com base no parecer dos advogados, a Companhia considera como remota o valor de R\$ 396.498. Em fevereiro de 2018 nossa defesa foi apresentada na esfera administrativa e toda a documentação suporte adicional foi disponibilizada ao município e desde então não houve qualquer manifestação da secretaria de finanças da prefeitura do município de Mauá.

15 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, está limitada a 30% do lucro real do exercício.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os ativos

de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, por provisão, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	143.749	121.443	144.296	117.493
Alíquota nominal combinada imposto sobre a renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto sobre a renda e contribuição social pela alíquota nominal	(48.875)	(41.291)	(49.061)	(39.948)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	1.499	4.500	126	(259)
Diferenças permanentes	(632)	(2.586)	(896)	(2.917)
Retificação LALUR 2014 (i)	-	12.206	-	12.206
Crédito outorgado ICMS	4.774	4.100	5.697	4.502
Juros sobre capital próprio	7.022	1.299	7.022	1.299
Diferido de períodos anteriores (ii)	-	2.605	-	9.690
Outros	712	1.487	1.065	1.697
Imposto sobre a renda e contribuição social no resultado	(35.500)	(17.680)	(36.047)	(13.730)
Corrente	(39.375)	(28.835)	(42.697)	(33.988)
Diferido	3.875	11.155	6.650	20.258
Taxa efetiva	24,7%	14,6%	25,0%	11,7%

- (i) Refere-se à diferença entre a valor real e o valor estimado do prejuízo na alienação da participação societária na Direct Express logística integrada S.A, considerado como base da apuração do IRPJ e CSLL.
- (ii) Refere-se substancialmente a confirmação dos saldos provenientes de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL junto à Receita Federal do Brasil, reconhecemos o credito no montante de R\$ 6.354 na Controlada Tegma Cargas Especiais Ltda. Ainda registramos o ativo fiscal diferido sob a diferença entre ágio contábil e ágio fiscal na controladora na quantia de R\$ 2.605.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo fiscal de imposto de renda a compensar	-	-	10.286	27.398
Base negativa da contribuição social	-	-	3.816	9.809
<i>Diferenças temporárias</i>				
Provisões para PLR e gratificação	2.517	2.385	2.682	2.646
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	27	38	999	669
Provisões para demandas judiciais	11.702	10.515	15.111	13.254
Provisões para fretes a pagar	882	853	882	867
Provisão de pedágios a pagar	813	1.368	919	1.430
Provisão <i>cut-off</i>	3.518	1.107	3.518	1.107
Provisão perda com antiga controlada	-	-	4.546	3.898
Outras	6.078	6.587	7.910	7.812
Subtotal	25.537	22.853	50.669	68.890
Amortização de ágio fiscal (i)	(20.459)	(20.459)	(20.459)	(20.459)
Diferença de taxa de depreciação (ii)	(7.671)	(9.023)	(14.925)	(16.751)
Outras	-	-	(1.749)	(1.749)
Subtotal	(28.130)	(29.482)	(37.133)	(38.959)
Total	(2.593)	(6.629)	13.536	29.931

(i) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a amortização para fins fiscais do ágio apurado na aquisição de Controladas.

(ii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a diferença de depreciação de bens do ativo imobilizado pela aplicação de taxas de depreciação diferentes para fins fiscais e contábeis.

A segregação do imposto de renda e contribuição social diferidos entre ativo e passivo por empresa está apresentado a seguir:

	Consolidado			
	2018			
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Passivo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	25.537	(28.130)	-	(2.593)
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	1.820	-	1.820	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	26	-	26	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	8.699	-	8.699	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	14.587	(9.003)	5.584	-
Total	50.669	(37.133)	16.129	(2.593)

	Consolidado			
	2017			
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Passivo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	22.853	(29.482)	-	(6.629)
Tegma Logística Integrada S.A.	17.409	-	17.409	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	1.502	-	1.502	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	49	-	49	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	12.673	-	12.673	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	14.404	(9.477)	4.927	-
Total	68.890	(38.959)	36.560	(6.629)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(6.629)	29.931
Constituição – efeito resultado	3.875	6.650
Cessão de créditos tributários (i)	-	(5.307)
Reestruturação societária (ii)	-	(17.172)
Utilização Prejuízo Fiscal e base negativa de contribuição social (PERT)	-	(720)
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	161	161
Outros	-	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.593)	13.536

- (i) Conforme apresentado na nota explicativa nº 24, o montante compõe créditos oriundos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social que foram cedidos a Controladora pelas Controladas Tegma Logística de Veículos Ltda. em R\$ 4.806 e Tegma Cargas Especiais Ltda. em R\$ 501.
- (ii) Saldo em 31 de janeiro de 2018 de diferido pertencente a Tegma Logística Integrada S.A., que foi objeto da formação de *joint venture* em fevereiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (i).

Os valores dos ativos em 31 de dezembro de 2018 apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	5.107	10.030
2020	5.107	10.745
2021	5.107	9.471
2022	5.107	9.183
Após 2023	5.109	11.240
	25.537	50.669

A Companhia e suas Controladas não possuem ativos diferidos a serem reconhecidos.

16 Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Seguros	5.391	5.931	5.700	6.028
Pedágio	2.395	4.026	2.736	4.209
Benefícios (i)	3.193	3.524	3.729	3.927
Movimentação de veículos e cargas	1.308	1.565	2.043	2.095
Aluguel	1.648	1.307	3.227	3.133
Serviços de consultoria	1.393	1.184	1.470	1.306
Vigilância	2.040	788	2.341	1.069
Manutenções diversas	1.542	563	1.884	1.024
Outros (ii)	3.084	1.432	7.733	3.276
Total	21.994	20.320	30.863	26.067

- (i) Vale-transporte, refeição, cesta básica, custos rescisórios e outros
- (ii) Inclui montante de R\$ 2.074 referente a multa e juros sobre denúncia espontânea sobre o reconhecimento do ICMS (Impostos sobre circulação de mercadorias) conforme citado na nota explicativa nº 19.

17 Patrimônio líquido

Política contábil

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido em uma conta redutora do capital, líquidos de impostos.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio referente ao montante mínimo obrigatório, conforme o estatuto social da Companhia, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor

acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral, sendo destacado em conta específica no patrimônio líquido denominada de “Dividendo adicional proposto”. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

A Companhia oferece aos seus executivos plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas aos executivos da Companhia é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Na data do balanço, a Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$144.469, dividido em 66.002.915 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva de capital - ágio na subscrição de ações

A reserva de capital da Companhia se originou da seguinte forma: (i) em 27 de abril de 2007, em assembleia dos acionistas foi aprovada a constituição da reserva de capital - ágio na subscrição de ações no montante de R\$2.245 e (ii) em 28 de junho de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 9.706.639 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$26,00 por ação, no contexto da oferta pública de ações, sendo destinado à conta de Capital Social o valor de R\$47.757 e o montante de R\$204.616 à conta "Reserva de capital", na forma do parágrafo único do artigo 14 da Lei das Sociedades por Ações.

Em razão do cancelamento das 2.547.145 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria ocorrido em 16 de dezembro de 2008, no valor de R\$32.806, o saldo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$174.055.

c. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância do artigo 196, das Leis das Sociedades por Ações.

d. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017, o saldo de ações em tesouraria corresponde a 65.143 ações ordinárias, no montante de R\$342.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado e (ii) 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto", conforme citado anteriormente. Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2010, foi aprovada a adoção da política indicativa de distribuição de dividendos da Companhia, para que as futuras distribuições de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio, sejam realizadas no mínimo em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do

exercício, calculado conforme disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, as práticas contábeis brasileiras e as regras da Comissão de Valores Mobiliários.

O cálculo dos dividendos referente aos exercícios de 2018 e 2017 é assim demonstrado:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	108.249	103.763
Reserva legal	-	(1.681)
Base de cálculo	108.249	102.082
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	27.062	25.521
Dividendos intercalares pagos	27.483	18.572
Juros sobre capital próprio pagos	9.161	3.821
Juros sobre capital próprio propostos	7.076	11.491
Dividendos propostos	21.230	27.365
Porcentagem sobre a base de cálculo	60%	60%

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de agosto de 2017, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares do período de 2017, no valor de R\$ 14.750 pagos em 21 de agosto de 2017.

Em reunião do Conselho de Administração em 06 de novembro de 2017, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$ 3.822 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 3.821, sendo pagos em 23 de novembro de 2017.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2018, foi aprovada a proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que resultou na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio complementar de R\$ 38.856, aos acionistas da Companhia, sendo R\$ 27.365 em dividendos e R\$ 11.491 em juros sobre capital próprio, ambos pagos em 3 e 4 de maio de 2018.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$ 15.818 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 5.272 referente ao exercício de 2018, ambos pagos em 22 de agosto de 2018.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de novembro de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio intercalares, no valor de R\$ 11.665 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 3.889 referente ao exercício de 2018, que serão pagos em 26 de novembro de 2018.

Em reunião realizada em 19 de março de 2019, os membros do Conselho de Administração da Companhia, manifestaram-se favoravelmente sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e recomendaram sua aprovação à Assembleia Geral da Companhia.

f. Opções de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2011, foi aprovado o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia para executivos da Companhia. As ações objeto do Plano deverão ser provenientes: (i) da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração; e/ou (ii) das ações ordinárias mantidas em tesouraria.

Atualmente não há programa de opções de compra em aberto.

18 Informações por segmento de negócios

Política contábil

A Companhia classifica suas análises de negócios em: (i) logística automotiva, divisão que realiza transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados, transferências portuárias e gestão de estoques e de pátios de montadoras de veículos e serviços de preparação de veículos para venda, composto pela Controladora e suas Controladas Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. e a Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. e em (ii) logística integrada, divisão que realiza operações de transporte, armazenagem e gestão de estoque, para diversos segmentos de mercado como químico, eletrodoméstico e bens de consumo, composta por suas Controladas Tegma Cargas Especiais Ltda., Tegma Logística de Armazéns Ltda., Tegma Logística de Veículos Ltda. e pela Controladora. A Companhia inaugurou a aceleradora de startups chamada de TegUP (TegUp Inovação e Tecnologia Ltda.) que entendemos pertencer a divisão integrada.

A Companhia deixou de considerar a Tegma Logística Integrada S.A. a partir de fevereiro de 2018 como um investimento direto, devido à criação da *joint venture* “GDL” que tem por objetivo a prestação de serviços de armazenagem geral e alfandegada em Cariacica-ES. A partir dessa data, a GDL passou a deter o controle direto da Tegma Logística Integrada S.A., portanto, a variação patrimonial da GDL passou a ser contabilizada em equivalência patrimonial da Companhia.

	Consolidado					
	Logística automotiva		Logística integrada		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita líquida dos serviços	1.100.807	908.082	152.972	175.893	1.253.779	1.083.975
Custos	(843.660)	(687.234)	(126.272)	(137.870)	(969.932)	(825.104)
Despesas operacionais	(95.317)	(99.915)	(6.195)	(21.340)	(101.512)	(121.255)
Despesas com depreciação e amortização (i)	(18.012)	(14.415)	(11.278)	(13.729)	(29.290)	(28.144)
Despesas financeiras	(31.094)	(30.057)	(2.742)	(1.755)	(33.836)	(31.812)
Receitas financeiras	21.649	25.737	3.067	14.859	24.716	40.596
Equivalência patrimonial	419	(1.869)	(48)	1.106	371	(763)
Imposto de renda e contribuição social	(35.984)	(18.246)	(63)	4.516	(36.047)	(13.730)
Lucro líquido do exercício	98.808	82.083	9.441	21.680	108.249	103.763
	Logística automotiva		Logística integrada		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo circulante	295.821	250.266	41.690	124.414	337.511	374.680
Ativo não circulante	416.219	360.891	55.703	102.280	471.922	463.171
Total do ativo	712.040	611.157	97.393	226.694	809.433	837.851
Passivo circulante	159.528	175.432	11.114	17.680	170.642	193.112
Passivo não circulante	144.471	184.374	9.948	11.559	154.419	195.933
Total do passivo	303.999	359.806	21.062	29.239	325.061	389.045

- (i) R\$ 25.873 refere-se a parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e R\$ 3.417 atribuída a despesas gerais administrativas em dezembro de 2018 (R\$ 24.939 e R\$ 3.205, respectivamente, em dezembro de 2017), conforme nota explicativa nº 10.

As receitas de 4 clientes do segmento logística automotiva representaram aproximadamente 68% do total das receitas.

Os segmentos logística automotiva e logística integrada são todos prestados em território nacional.

19 Receita líquida dos serviços prestados

Política contábil

A Companhia e suas Controladas prestam serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químico e eletrodomésticos. A receita de prestação de serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das

vendas entre as empresas.

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de serviços	1.392.552	1.173.778	1.538.720	1.330.190
Descontos, seguros e pedágio	(80.544)	(74.826)	(82.339)	(75.885)
	1.312.008	1.098.952	1.456.381	1.254.305
Impostos incidentes (i) (ii)	(175.843)	(155.770)	(202.602)	(170.330)
Receita líquida de serviços	1.136.165	943.182	1.253.779	1.083.975

- (i) Em julho de 2018 a Controlada Tegma Cargas Especiais Ltda., seguindo o processo interno de *compliance*, identificou incorreções no recolhimento de imposto relativo à sua operação. Em função disso, optou por apresentar uma denúncia espontânea para o recolhimento adicional de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da referida operação para os últimos cinco anos. Tal regularização resultou no reconhecimento de uma despesa de R\$ 5.252.
- (ii) Inclui reconhecimento de crédito de PIS e COFINS referentes ao direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições no montante de R\$ 9.702 na Controladora e R\$ 10.596 no Consolidado, conforme citado na nota explicativa nº 8 item (i).

20 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos serviços prestados	(888.886)	(727.068)	(995.805)	(850.043)
Despesas gerais e administrativas	(60.837)	(59.733)	(62.500)	(63.822)
Remuneração da administração	(11.510)	(10.443)	(11.510)	(10.443)
Despesas comerciais	(503)	(543)	(2.410)	(12.007)
Total	(961.736)	(797.787)	(1.072.225)	(936.315)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Serviços de fretes – agregados	(773.095)	(646.383)	(803.079)	(674.042)
Salários	(68.826)	(61.403)	(80.923)	(77.868)
Encargos sociais	(37.869)	(32.036)	(45.319)	(41.406)
Serviços terceirizados	(36.106)	(34.579)	(42.165)	(44.079)
Aluguéis e leasing	(23.330)	(21.533)	(38.472)	(41.103)
Depreciação e amortização	(22.348)	(18.478)	(29.290)	(28.144)
Benefícios a empregados	(20.296)	(17.215)	(25.660)	(25.087)
Custos variáveis	(12.793)	(11.010)	(28.695)	(25.326)
Outros gastos gerais	(8.450)	(8.546)	(11.989)	(15.460)
Manutenção	(12.874)	(8.725)	(17.745)	(15.496)
Combustíveis e lubrificantes	(8.555)	(7.631)	(9.375)	(8.774)
Utilidades	(3.476)	(3.107)	(5.411)	(6.164)
Comunicação	(2.402)	(2.438)	(2.919)	(3.190)
Outros gastos com pessoal	(3.642)	(5.019)	(5.208)	(6.252)
Custos rescisórios	(2.418)	(3.189)	(2.889)	(4.029)
Materiais	(2.007)	(1.993)	(3.389)	(4.050)
Despesa de viagem	(1.864)	(1.889)	(1.867)	(1.962)
Indenização de extravio	(643)	(596)	(801)	(815)
Contribuições e doações	(861)	(581)	(864)	(598)
Multas contratuais	(476)	-	(476)	(5)
Provisão para perda de valores com vendas de controladas (i)	-	-	(1.907)	(11.464)
Crédito PIS/COFINS	80.595	88.564	86.218	98.999
Total	(961.736)	(797.787)	(1.072.225)	(936.315)

- (i) Em 2018, provisão para perda de valores oriundos de contas a receber de Controlada, por conta de sucumbência no valor total de R\$ 2.859, vide nota explicativa nº 21 item (v).

21 Outras despesas líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Recuperação de despesas (i)	786	1.301	3.063	3.733
Ajustes de estoques	-	-	(75)	(34)
(Perda) na venda de ativo imobilizado líquido	(366)	(855)	(1.226)	(814)
Perdas com créditos incobráveis	32	23	(1.096)	(93)
Perda alienação de investimento	-	(223)	-	(223)
Constituição de provisões para demandas judiciais e indenizações pagas	(24.546)	(31.208)	(32.483)	(38.440)
Perda na baixa de ágio (ii)	(2.527)	-	(2.527)	-
Valor justo na transferência de investimento (iii)	1.842	-	1.842	-
Provisão para perda de investimentos	-	(1.365)	-	(1.365)
Outras (iv) (v)	(496)	684	3.993	(952)
Outras (despesas) líquidas	(25.275)	(31.643)	(28.509)	(38.188)

- (i) Referem-se a repasses de custos fixos operacionais de áreas sublocadas aos clientes.
- (ii) Saldos de ágios registrados na aquisição da antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A, que foram baixados devido a formação de *joint venture* conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (i).
- (iii) Montante referente a avaliação efetuada por consultores independentes sobre o valor justo dos ativos da Tegma Logística Integrada S.A, que foi objeto para formação de *joint venture* conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (i).
- (iv) Inclui o reconhecimento de provisão para ressarcimento de contingências cíveis cobertos pela apólice de seguro no montante de R\$ 5.970. Adicionalmente constituímos a provisão de demanda judicial no mesmo montante na rubrica “Constituição de provisões para demandas judiciais e indenizações pagas”. Desse modo, não há efeito no resultado do período.
- (v) Inclui despesa no montante de R\$ 952 referente a sucumbência ligada a provisão para perda de valores com venda de Controlada (sucumbência total R\$ 2.859).

22 (Despesas) receitas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita financeira				
Resultado positivo de operação de <i>swap</i>	8.339	-	8.339	-
Receita de aplicação financeira	4.511	6.581	7.584	15.707
Ganhos cambiais	6.680	98	6.680	315
Juros ativos	1.741	13.796	2.113	20.669
Reversão juros parcelamento (REFIS)	-	3.905	-	3.905
Total	21.271	24.380	24.716	40.596
Despesa financeira				
Juros sobre financiamentos bancários	(12.167)	(26.356)	(12.337)	(26.713)
Perdas cambiais	(8.775)	(147)	(8.779)	(147)
Resultado negativo de operação de <i>swap</i>	(6.638)	-	(6.638)	-
Despesas bancárias	(1.730)	(1.566)	(1.758)	(1.622)
Juros passivos (i)	(557)	(589)	(2.906)	(955)
Juros parcelamento (REFIS)	-	-	-	(186)
Outras despesas financeiras	(1.217)	(1.266)	(1.418)	(2.189)
Total	(31.084)	(29.924)	(33.836)	(31.812)
Resultado financeiro, líquido	(9.813)	(5.544)	(9.120)	8.784

- (i) Inclui montante de R\$ 2.074 referente a multa e juros sobre denúncia espontânea sobre o reconhecimento do ICMS (Impostos sobre circulação de mercadorias) conforme citado na nota explicativa nº 19.

23 Resultado por ação

a. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período:

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	108.249	103.763
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação milhares	65.938	65.938
Lucro básico por ação R\$	1,64	1,57

b. Lucro básico diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui qualquer fator diluidor em relação ao básico. Dessa forma, o lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é igual ao lucro básico por ação, de R\$1,64 e R\$1,57, respectivamente.

24 Partes relacionadas

A Companhia realiza no curso normal de seus negócios, operações de transportes, aluguel de imóveis, entrega e inspeção de pré-entrega (Pre-Delivery Inspection - PDI) com partes relacionadas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as condições de mercado. A Companhia também realiza rateio de custos e despesas operacionais.

As principais transações com partes relacionadas são:

- (i) A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de armazenamento, transporte, revisão e entrega de veículos, bem como de revisão, entrega e inspeção de pré-entrega (Pre-Delivery Inspection - PDI) com algumas empresas do Grupo Itavema, empresas essas, relacionadas de forma direta e/ou indireta com a Companhia, através da sua Controladora Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. (“Mopia”);
- (ii) A Companhia mantém com a Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. (“Sinimbu”) empresa relacionada à acionistas controladores indiretos da Companhia, e de forma indireta às sociedades do grupo de controle da Companhia, Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. (“Mopia”) e Cabana Empreendimentos e Participações Ltda. (“Cabana”), contrato de locação de imóvel comercial localizados em São José dos Campos-SP;
- (iii) A Companhia mantém com a Pactus Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade sob controle comum da Companhia, contrato de locação de imóveis comerciais localizados em São Bernardo do Campo-SP e Gravataí-RS;
- (iv) A Companhia efetua serviços de transportes para Cisa Trading S.A., empresa relacionada de forma direta e/ou indireta à sociedade do grupo de controle da Companhia, a Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. (“Coimex”). Já a antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A., mantém contrato de prestação de serviços de armazenagem, movimentação, logística e transporte;
- (v) Em razão da adesão ao Refis em novembro de 2014, e visando a liquidação dos seus débitos a Companhia utilizou parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da sua controlada Tegma Logística de Veículos Ltda. (R\$311). Em razão da adesão ao Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT em outubro de 2015 a Companhia utilizou parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (R\$3.016). Em outubro de 2017, a Companhia foi excluída do PRORELIT, de forma que os valores pagos em dinheiro no programa foram alocados nos respectivos débitos. Os valores de prejuízo fiscal e base negativa utilizados no âmbito do PRORELIT foram revertidos à Tegma Logística de Veículos Ltda. no montante de R\$ 2.985. Em razão da adesão ao Programa de Regularização Tributária - PERT em outubro

de 2017, e visando a liquidação dos seus débitos, a Companhia utilizou em janeiro de 2018 parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da sua controlada Tegma Logística de Veículos Ltda. (R\$4.086).

- (vi) Em razão da adesão ao Refis em novembro de 2014, e visando a liquidação dos seus débitos a Companhia utilizou parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de sua antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A. (R\$8.819). No exercício de 2017 o mesmo foi liquidado.
- (vii) Em razão da adesão ao Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT em outubro de 2015 a Companhia utilizou parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da sua controlada Tegma Cargas Especiais Ltda. R\$6.979. Em outubro de 2017, a Companhia foi excluída do PRORELIT, de forma que os valores pagos em dinheiro no programa foram alocados nos respectivos débitos. Os valores de prejuízo fiscal e base negativa utilizados no âmbito do PRORELIT foram integralmente revertidos à Tegma Cargas Especiais Ltda. Em razão da adesão ao Programa de Regularização Tributária - PERT em outubro de 2017, e visando a liquidação dos seus débitos a Companhia utilizou em janeiro de 2018 parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da sua controlada Tegma Cargas Especiais Ltda. (R\$501).
- (viii) Referente a distribuição de dividendos da Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. quitado em 2018, conforme citado na nota explicativa nº 9.
- (ix) Conforme negociação entre a Companhia e a Holding Silotec na formação da *joint venture*, parte dos ativos da antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A. deverão ser reembolsados a Tegma Gestão Logística S.A conforme sua realização. Do mesmo modo parte dos passivos deverão ser pagos pela Tegma Gestão Logística S.A.
- (x) A antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A., durante o período em que se manteve sob o controle direto da Companhia, mantinha contrato de aluguel de imóvel localizado em Cariacica-ES com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. - "Coimex" (locadora e acionista controladora da Companhia), no qual a Companhia comparecia como fiadora. O encerramento desse contrato, quando da formação da *joint venture*, resultou na indenização pela Companhia à locadora, em setembro de 2018, do montante de R\$ 1.600 para obras de readequação do imóvel à sua condição original.

A Companhia mantém com a Renove Corretora de Seguros Ltda., empresa relacionada à acionistas controladores indiretos da Companhia, e de forma indireta à sociedade do grupo de controle da Companhia, a Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. ("Mopia"), uma prestação de serviços administrativos que visa o auxílio administrativo na área de seguros, este serviço não é remunerado pela Tegma.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativo Circulante				
Grupo Itavema (i)	565	294	565	294
Cisa Trading S.A. (iv)	1	233	1	440
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	34	34
Cia de Transportes e Armazéns Gerais	-	-	49	-
Tegma Logística Integrada S.A.	2.648	35	3.477	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	9	9	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	7	18	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	952	-	-	-
Total	4.182	589	4.126	768
 Dividendos a receber				
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. (viii)	-	6.035	-	-
Total Circulante	4.182	6.624	4.126	768
 Ativo Não Circulante				
Tegma Logística Integrada S.A. (ix)	15.626	-	15.626	-
Total do ativo	19.808	6.624	19.752	768
 Passivo circulante				
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	77	49	-	-
Tegma Logística Integrada S.A. (vi)	1.064	1	1.865	-
Tegma Logística de Veículos Ltda. (v)	5.461	342	-	-
Tegma Cargas Especiais Ltda. (vii)	508	-	-	-
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda.	313	310	-	-
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	231
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	360	360	360	360
Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. (ii)	86	235	86	235
Total Circulante	7.869	1.297	2.311	826
 Passivo Não Circulante				
Tegma Logística Integrada S.A. (ix)	1.958	-	1.958	-
Total do passivo	9.827	1.297	4.269	826

Resultado	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de serviços prestados				
Grupo Itavema (i)	2.231	1.804	2.231	1.804
Cisa Trading S.A. (iv)	973	3.345	1.925	12.267
Tegma Logística Integrada S/A	2	215	-	-
Outras receitas operacionais				
Grupo Itavema (i)	134	111	134	111
Cisa Trading S.A. (iv)	-	-	-	139
Tegma Logística Integrada S/A	369	501	631	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	91	133	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	109	11	-	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	1	1	-	-
	3.910	6.121	4.921	14.321
Despesas gerais e administrativas				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda.	(3.426)	(3.421)	-	-
Tegma Logística Integrada S/A (x)	(1.709)	(347)	(2.259)	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	(4)	(3)	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	(574)	(71)	-	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	-	-	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	(1.565)	-	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	(4.314)	(4.314)	(4.314)	(4.314)
Sinimbu Participações				
Societárias e Empreendimentos S.A. (ii)	(1.867)	(2.825)	(1.867)	(2.825)
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. (iv)	(1.600)	-	(1.810)	(2.773)
	(15.059)	(10.981)	(10.250)	(9.912)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente, os conselheiros, os diretores estatutários e eventuais pessoas relacionadas à acionistas controladores indiretos. A remuneração paga ou a pagar por serviços na condição de empregados está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Salários e encargos	(6.507)	(5.832)
Honorários de diretoria (Conselheiros)	(2.796)	(2.513)
Participação nos lucros	(2.207)	(2.098)
	(11.510)	(10.443)

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 20 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria da Companhia no montante de R\$ 10.193, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

25 Seguros

A Companhia e suas Controladas mantêm seguros, sendo a cobertura contratada, como indicado a seguir, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

- (a) Transporte de cargas - cobertura variando, conforme natureza e tipo de transporte, cobertura de até R\$1.700 para carga geral e para veículos de acordo com o modelo transportado.
- (b) Com a criação da *joint venture*, citada na nota explicativa 2 item i, se fez necessária a alteração da cobertura da apólice de armazenagem de mercadorias. Essa cobertura, de forma variável, conforme local e tipo de mercadoria, ficou estipulada no montante equivalente a US\$50.000.
- (c) Responsabilidade civil contra terceiros danos materiais, corporais, morais e acidentes pessoais - cobertura até R\$1.000, e no caso de frota de terceiros a cobertura é a mesma.
- (d) Frota de apoio - casco colisão, roubo e incêndio - 100% do valor de mercado tabela FIPE.
- (e) Demais bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, furto qualificado, danos elétricos e outros - cobertura corporativa de R\$59.900
- (f) Responsabilidade civil de administradores - cobertura de R\$63.000.

A Administração da Companhia, considerando os custos financeiros envolvidos na contratação de seguros para sua frota de caminhões e semirreboques, bem como a probabilidade da ocorrência de sinistros e seus eventuais impactos financeiros na operação, adota a política de não contratar essa proteção, mantendo, todavia, seguros para o ramo da responsabilidade civil contra terceiros, como mencionado anteriormente.

26 Compromissos com arrendamento operacional

Política contábil

Os arrendamentos efetuados pela Companhia na figura de arrendatária nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

A Companhia e suas Controladas não possuem contratos de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Os pagamentos totais mínimos de arrendamento considerando os arrendamentos operacionais, em 31 de dezembro de 2018, estão resumidos a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Obrigações brutas de arrendamento operacional -		
Pagamentos mínimos de arrendamento		
Até 12 meses	18.939	34.380
De 13 a 60 meses	31.691	41.853
Acima de 60 meses	3.453	3.453
	<u>54.083</u>	<u>79.686</u>

27 Informação suplementar do fluxo de caixa

A preparação e apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, é efetuada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa.

Abaixo estão apresentadas suas informações adicionais:

	Controladora	Consolidado
Aquisição de imobilizado 2018 - não pagas	1.315	3.395
Aquisição de imobilizado de anos anteriores pagos - parcelados	-	282
Aquisição de imobilizado 2017 - pagos	1.043	1.208
Venda de ativos ainda não recebidos	91	140
Aquisição de intangível 2018 - não pagas	134	435
Aquisição de intangível 2017 - pagos	279	134
Alienações intangível 2018	-	21
Pagamentos de demandas judiciais 2017	912	1.094
Compensações de Imposto de renda e contribuição social correntes	19.797	22.162
Parcelamento de tributos - compensação PERT	5.307	6.027
Ágio na aquisição - GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL")	16.693	16.693
Partes relacionadas - Tegma Logística Integrada S.A.	16.440	16.440
Desreconhecimento investimento - Tegma Logística Integrada S.A.	-	48.927

28 Eventos subsequentes

Pagamento do principal e juros das debêntures

Conforme mencionado na Nota 12, em 15 de fevereiro de 2019 a Companhia efetuou o pagamento do principal e juros das debêntures (1ª série) nos montantes de R\$ 46.676 e R\$ 1.703, respectivamente.